

CEE quer fixar o índice escolar

19 ABR 1987



Para os pais, expectativa

Se depender das pretensões da presidente do Conselho Estadual de Educação, os pais de alunos de estabelecimentos particulares já podem começar a respirar mais aliviados: Maria Aparecida Tamasho Garcia quer ter, ainda esta semana, uma solução para o impasse criado no início do ano, quando o Ministério da Educação anunciou que a semestralidade das escolas particulares seria reajustada em 35%. A medida não satisfez aos donos de escolas, que alegaram não ter condições de manter abertos seus estabelecimentos no próximo semestre.

Em contrapartida, o Sindicatos dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, Sieesp, desobedecendo a determinação do MEC, sugeriu às escolas um reajuste semestral da ordem de 100,6%, medida que lotou a Sunab de denúncias tanto de pais quanto de alunos, atingidos com estes aumentos abusivos. E para resolver a situação, só há, segundo parecer da titular do CEE, três opções, a saber: índice fixado pelo Conselho Estadual, liberdade vigiada de preços de acordo com as planilhas de custo e análise, caso por caso, dos pedidos de reajustes especiais — passíveis de controvérsia, com dificuldades e vantagens.

Em uma rápida análise, Maria Aparecida reconhece, porém, a inviabilidade, nas atuais condições, da última opção: "É óbvio que nenhuma escola vai ficar apenas com os 35%. Todas as 4.400 irão pedir reajustes especiais. Se utilizarmos a informática, levaremos 60 dias para analisar os processos".

Também não parece viável a alternativa de o CEE fixar um percentual, pois "um índice alto pode satisfazer o mantenedor, que não vai recorrer ao reajuste especial, mas certamente não será aceito pela comunidade escolar. Pensar mais no usuário e fixar um índice mais baixo vai gerar uma série de pedidos das escolas. Então o preço deveria ser livre — mas tutelado pelo CEE", explica Maria Aparecida.

A solução seria, em sua opinião, a suspensão do mandado de segurança impetrado pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino contra a

Educação instalação da comissão de encargos educacionais: "Se ela já tivesse sido instalada nada disso estaria acontecendo", acredita a presidente do CEE, porque os pedidos de reajuste especial já estariam sendo analisados e a fiscalização nas escolas que estariam cobrando aumentos abusivos seria mais efetiva. Até mesmo as discussões preliminares sobre a definição do reajuste para o segundo semestre poderiam estar ocorrendo.

Mas, se a solução depender da retirada do mandado de segurança impetrado pelo Sieesp, é melhor que se busquem outras alternativas, pois o presidente do órgão, José Aurélio de Camargo, garantiu que não vai retirá-lo, aguardando o julgamento, que se realiza na terça-feira.

Ele acredita que ocorra recurso de prazo quanto à deliberação do Conselho liberando os preços de acordo com as planilhas de custo, aprovada há quase um mês. Encaminhada para homologação ao secretário da Educação, Chopin Tavares de Lima devolveu o processo ao CEE, depois de submetê-la à análise de sua consultoria jurídica.

Se até o dia 29 nenhuma outra medida for adotada, a indicação está aprovada. Até esta data, porém, a presidente do Conselho espera que já tenha sido instalada a comissão de encargos educacionais, ou que uma outra comissão do CEE, assessorada por representantes de entidades estudantis, Sunab, MEC, Secretaria da Educação, pais de alunos e sindicato patronal, se tenha reunido e apresente uma solução para o quadro.

Para o delegado-regional do MEC em São Paulo, Nélson Boni, as escolas devem cobrar só 35% e negociar com os pais mais 15%. E adverte: "Tudo o que cobrarem a mais é irregular". Destacou que o MEC "não quer radicalizar", mas reconheceu que este índice foi fixado "num contexto que não é o de hoje". Enquanto durar o impasse, que já se estende à metade do primeiro semestre de 1987, a ansiedade é muito grande. Tanto dos alunos, que já aguardam pelas férias escolares, quantos dos pais — que exigem uma definição oficial do índice da semestralidade.